

GOVERNO E RURALISTAS SE UNEM CONTRA O FUTURO DO PAÍS

Nos últimos anos, as agendas socioambiental, de direitos humanos e de trabalhadores do campo têm sido alvo de ataques sistemáticos por grupos de interesse instalados no Congresso Nacional e no Executivo Federal. Nem mesmo direitos garantidos pela Constituição estão a salvo.

Atualmente estes ataques ganharam uma nova dimensão. Em meio ao caos político que assola o país, a bancada do agronegócio e o núcleo central do governo federal fazem avançar, de forma organizada e em tempo recorde, um pacote de medidas que inclui violações a direitos humanos, "normalização" do crime ambiental e promoção do caos fundiário. Se aprovadas, tais medidas produzirão um retrocesso sem precedentes em todo o sistema de proteção ambiental, de populações tradicionais e dos trabalhadores do campo, deixando o país na iminência de ver perdidas importantes conquistas da sociedade ocorridas no período democrático brasileiro.

Às tentativas de aniquilação das políticas de reforma agrária e do uso social da terra, contidas na Medida Provisória (MP) 759, somam-se iniciativas de extinção de Unidades de Conservação, a facilitação e legalização da grilagem de terras e os ataques contra direitos e territórios indígenas. Em conjunto, tais investidas buscam disponibilizar estoques de terras para exploração desenfreada e também para serem negociadas através do projeto que libera a venda de terras para estrangeiros.

A lista de retrocessos segue com as tentativas de enfraquecimento do licenciamento ambiental e da fiscalização sobre a mineração; a liberação do uso e registro de agrotóxicos, inclusive daqueles proibidos em diversos países do mundo; a ocupação de terras públicas de alto valor ambiental; a concretização das anistias a crimes ambientais e o ataque a direitos trabalhistas e sociais de populações camponesas e de trabalhadores rurais.

Para o avanço rápido desta agenda, governo e parlamentares armam tramitações expressas no Congresso e fazem uso desmedido de medidas provisórias, inclusive para temas que já se encontram em debate no legislativo, excluindo assim a possibilidade da participação da sociedade e de estudiosos dos temas.

Além de colocar em risco a nossa própria soberania e segurança alimentar, a aprovação de tais medidas resultará em maior concentração fundiária; na inviabilidade econômica de pequenos produtores rurais e da agricultura familiar, dos quilombolas e povos indígenas; no aumento da violência e da disputa por terras; no beneficiamento da grilagem de terras públicas e na mercantilização dos assentamentos rurais e da reforma agrária.

O desmatamento será impulsionado de forma decisiva, colocando por terra todo o esforço da sociedade que levou à redução do desmatamento na Amazônia em cerca de 80% entre os anos de 2004-2014, nos afastando do cumprimento de compromissos internacionais assumidos em convenções sobre clima e sobre biodiversidade, de direitos indígenas e direitos humanos. Este conjunto de fatores poderá potencializar as dinâmicas das mudanças climáticas, impondo graves prejuízos à economia, aos produtores rurais e à toda população do campo e das cidades.

A participação do governo na ofensiva orquestrada contra os direitos, territórios da diversidade e meio ambiente revela um retrocesso político histórico: além da renúncia à obrigação constitucional de tutela dos direitos difusos e de minorias, escancara uma concepção de País calcada no desprezo pela natureza e pelo conhecimento sobre ela em função de interesses econômicos imediatos, reproduzindo o modelo excludente de expansão do agronegócio e facilitando a implementação de projetos frequentemente ligados a esquemas de corrupção e má-gestão dos recursos públicos.

Diante do exposto, as organizações e movimentos dos mais diversos campos de atuação abaixo assinados se unem para denunciar e resistir à perversa agenda de desmonte das conquistas socioambientais, e convidam a população e demais setores organizados da sociedade a somarem esforços no sentido de impedir tais retrocessos.

Assinam:

1. 350.org
2. Abraço Guarapiranga
3. ABONG/Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
4. Actionaid
5. AdT/Amigos da Terra
6. AFES/Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade
7. Aldeia Guarani Kalipty - Parelheiros
8. Aldeia Guarani Tenondé Porã - Parelheiros
9. ANA/Articulação Nacional de Agroecologia
10. Amazon Watch
11. APIB/Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
12. Apremavi/Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida
13. Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil
14. Associação Coletivista Dom Helder Câmara
15. Associação Mico-Leão-Dourado
16. BVRio
17. Bicuda Ecológica
18. Cáritas Nacional
19. Casa Ecoativa - Ilha do Bororé
20. CEBES/Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
21. CBJP/Comissão Brasileira Justiça e Paz
22. CEBI/Centro de Estudos Bíblicos
23. CDDHEP/Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre
24. CIMI/Conselho Indigenista Missionário
25. Comissão Dominicana de Justiça e Paz do Brasil
26. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração
27. Comissão Pró-Índio de São Paulo
28. CONAQ/Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

29. Conectas Direitos Humanos
30. CONTAG/Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
31. Coração Amazônico
32. Cooperapas/Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais de Água Limpa -SP
33. CNS/Conselho Nacional das Populações Extrativistas
34. Consulta Popular
35. CPT/Comissão Pastoral da Terra
36. CUT/Central Única dos Trabalhadores
37. Engajamundo
38. Escola de Ativismo
39. Espaço de Formação Assessoria e Documentação
40. FAOR/Fórum da Amazônia Oriental
41. FASE/Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
42. Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social
43. FURPA/Fundação Rio Parnaíba
44. Gambá - Grupo Ambientalista da Bahia
45. Greenpeace Brasil
46. Grupo Carta de Belém
47. IBASE/Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
48. ICV/Instituto Centro de Vida
49. IDESAM/Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
50. IDS/Instituto Democracia e Sustentabilidade
51. IEMA/Instituto de Energia e Meio Ambiente
52. Intersindical - Central da Classe Trabalhadora
53. IMAFLORA/Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
54. Imargem - Arte, Meio Ambiente e Convivência
55. AMAZON/ Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
56. INESC/ Instituto de Estudos Socioeconômicos
57. International Rivers Brasil
58. Instituto Pólis
59. Instituto Avaliação
60. ISA/Instituto Socioambiental
61. Justiça nos Trilhos
62. Liga Brasileira de Lésbicas
63. Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais
64. MAB/Movimento dos Atingidos por Barragens
65. MAM/Movimento pela Soberania Popular na Mineração
66. MCP/Movimento Camponês Popular
67. Marcha Mundial do Clima
68. MMC/Movimento de Mulheres Camponesas
69. Mogave/Movimento Garça Vermelha
70. MNCCD/Movimento Nacional Contra Corrupção e pela Democracia

71. Movimento Contra o Aeroporto de Parelheiros
72. Movimento Aeroporto de Parelheiros NÃO!
73. Movimento Social Via do Trabalho - Bahia
74. MPA/Movimento dos Pequenos Agricultores
75. MST/ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
76. MTST/Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
77. Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos - Diversitas/USP
78. Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconomia e Agroecologia/NUPEAS-UFAM
79. Observatório do Clima
80. Observatório de Favelas, da favela da Maré, Rio de Janeiro
81. OCCA/Observatório dos Conflitos do Campo - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
82. ONG Coração Amazônico
83. Organon/Núcleo de estudo, pesquisa e extensão em mobilizações sociais da UFES
84. PAD/Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas Europeias e Parceiros Brasileiro
85. PHS/Hospitais Saudáveis
86. PFDC/Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do MPF/Ministério Público Federal
87. PJR/Pastoral da Juventude Rural
88. Plataforma Operária e Camponesa para Energia
89. Polo de Unidade Camponesa - Bahia
90. RAMH/Rede Acreana de Mulheres e Homens
91. RBMA/Conselho Nacional Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
92. Rede Brasileira de Informação Ambiental
93. Rede GTA/Grupo de Trabalho Amazônico
94. Rede ODS Brasil
95. SAVE Brasil
96. Sinfrajupe/Serviço InterFranciscano de Justiça, Paz e Ecologia
97. SBE/Sociedade Brasileira de Espeleologia
98. SNE/Sociedade Nordestina de Ecologia
99. SOS Mata Atlântica
100. Toxisphera Associação de Saúde Ambiental
101. UBM/União Brasileira de Mulheres
102. Uma Gotinha no Oceano
103. UNALGBT/União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
104. Via Campesina
105. WWF Brasil